

**“Relações
Internacionais”,
Hoje...**

15

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha
*Ex-Director do Curso de Relações Internacionais –
Ramo Culturais e Políticas
Vice-Reitor*



Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Ex-Director do Curso de Relações Internacionais –
Ramo Culturais e Políticas
Vice-Reitor

Vice-Reitor da Universidade do Minho.

Professor Catedrático de Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

Coordenador da Linha de Investigação de Filosofia do Centro de Estudos Humanísticos.

Titular do Curso Permanente “A Construção Europeia”, no âmbito do Programa Jean Monnet, da Comissão Europeia – Bruxelas.

Doutoramento em Letras (especialidade de Filosofia Moderna e Contemporânea), pela Universidade do Minho.

Doutoramento em Filosofia, pela Universidade de Sorbonne.

1. A XXVI.^a edição dos Colóquios de Relações Internacionais é, este ano, subordinada ao crucial tema *O Futuro das Nações Unidas*; desde logo, a temática elegida para 2005 é duplamente oportuna: não só porque se comemora o 60.^o aniversário desta Organização das Nações Unidas, como ainda se debatem propostas para a sua reforma. Além disso, este como os anteriores Colóquios atestam ainda essa marca emblemática da Licenciatura em Relações Internacionais, como o ilustra à sociedade a dinâmica e o sentido inovador que sempre pulsou no âmbito do Curso que os promove, quando se comemoram também os 30 anos da criação da Licenciatura nesta Universidade – a primeira instituída em Portugal, depois disseminada pelo País.

Há, pois, que enfatizar este dado: este Colóquio dá continuidade a uma tradição que constitui já um valioso património não só do próprio Curso, como da própria Universidade; ao trazer à nossa memória institucional a galeria dos temas tratados, há que convir não somente na relevância dos assuntos versados, analisados no momento azado e com uma forte dimensão prospectiva, mas também no numeroso escol de especialistas nacionais e estrangeiros que nos têm transmitido o seu saber e experiência. Estes Colóquios tornaram-se, sem dúvida, um momento privilegiado de debate e de inquirição dos novos problemas, bem como um valioso modo de aprofundamento de temas específicos do Curso.

O trigésimo aniversário da criação da *Licenciatura em Relações Internacionais* é, pois, ensejo de reflexões várias. Na verdade, foi em boa hora que a Universidade do Minho, atenta às novas exigências científicas e profissionais, foi pioneira, em Portugal, na criação da Licenciatura em Relações Internacionais, possibilitando a formação de um novo corpo de especialistas, com uma formação universitária que os torna mais aptos não só para a inteligibilidade dos fenómenos políticos, mas ainda para protagonizarem, como agentes, as complexas teias do sistema internacional. Mais ainda: os estudos e pesquisas em *Relações Internacionais* são, neste alvorecer do século XXI, fundamentais, e tornaram-se uma complexa matéria: ela é também aquela que, com maior profundidade e pregnância, explica o devir das sociedades, das culturas e da história.

2. Por outro lado – e importa insistir neste epitome – este *Curso* coexistiu e coexiste com as grandes mutações da política internacional e a necessária irradiação de novos paradigmas analíticos. Com efeito, a diluição a que assistimos, nas últimas décadas, da polarização Este-Oeste, insere-se numa carta do mundo ainda mais complexa, tecida de riscos geopolíticos mais profundos, disseminados num sistema internacional dominado, por um lado, pela globalização e, por outro, pela fragmentação; se o fenómeno não é inteiramente novo, toma novas formas neste virar de século. De facto, o Estado-Nação, de entidade homogénea, tende a ser cada vez menos definível pelo quadro tradicional das suas competências de coesão vertical, e cada vez mais a caracterizar-se por um plexo de competências transversais, por redes múltiplas internacionais, a nível horizontal, entre instituições, organizações, empresas, grupos, sectores. A sua hegemonia é, por outro lado, questionada por reivindicações identitárias, entre as quais avulta, a par da profunda transnacionalização, o renascimento dos nacionalismos.

Enfim, é neste quadro sistémico que se inscreve a ideia do “contrato social” europeu; aqui os desafios da União Europeia são múltiplos: a nível interno, releva o da subsidiariedade, isto é, o do justo nível de decisão e de acção política;

a nível externo, o da gestão das interdependências e das solidariedades. Isto significa também que a “Europa em perspectiva” está ligada à aventura da nossa modernidade. Precisamente, entre as sucessivas edições dos Colóquios, problemas e etapas momentosas do processo da *Construção Europeia* foram percorridos em todos os seus quadrantes, nas as suas controvérsias, e previamente às rotas prosseguidas.

Especialmente, nos nossos dias, são visíveis os signos que colocam as Relações Internacionais no primeiro plano duma analítica das questões políticas, culturais e socio-económicas. O domínio específico das Relações Internacionais, de matriz interdisciplinar, está votado à *re-invenção* de novos paradigmas, processos e instituições, perante a mutação célere das tecnologias e da comunicação social; a omnipresença desta coloca os Estados e as Instituições sob o olhar vigilante da opinião pública, também ela eficaz na praxis social e política; por outro lado, o imperativo ecológico é susceptível de novas clivagens políticas – penetrando nos discursos e nas solicitações partidárias –, situa os agentes políticos e económicos perante novas realidades, interfere nas estratégias empresariais e nas modalidades do crescimento económico. Ainda, à escala planetária, um certo *pathos* do ideal democrático não é alheio a posições sustentadas no sentido do direito e dever humanitário de ingerência.

3. Não pode, porém, deixar de mencionar-se uma das tragédias do nosso tempo: o fosso, cada vez mais cavado, entre a riqueza e a pobreza, que percorre regiões e nações, martiriza sobretudo pessoas e famílias. Esta “via dolorosa” hoje tão inclemente, numa era em que a riqueza foi mais abundante, atingiu a exaustão das palavras: há muito que o conceito de “pobreza” não bastava aos organismos internacionais para descrever a realidade; inventou-se então o conceito de “extrema pobreza” (as famílias que auferem menos que um mínimo fixado para sobreviver); mas a “extrema pobreza” foi também ultrapassada pela realidade e, para continuar a falar, imaginou-se o conceito de “indigência”; para além desta, a morte interrompe a necessidade de mais análises. Outro elemento inédito, nos tempos que correm, é o esmagador montante total da dívida externa, que condena países a pedir constantemente financiamentos para pagarem os juros de empréstimos anteriores.

A esta tragédia, que se pretende – quantas vezes (!) –, tornar invisível, uma outra lança tal visibilidade que infunde um outro tipo de insegurança: é que, se o terrorismo é um fenómeno de todos os tempos, nesta era de célere e intensa globalização assume intrincada complexidade, ora metamorfoseando-se em *hiperterrorismo* ora em *neoterrorismo*, diluindo as marcas do terrorismo clássico; para os movimentos políticos cujo fundo é a violência, “o inferno será a terra”. Constatase frequentemente que o mundo se constituiu como uma rede, mas importa notar que uma rede é também uma *trama*: a distribuição do poder é mais volátil, a determinação das causas e das responsabilidades mais complexa, os interlocutores mais instáveis, as presenças virtuais e os inimigos difusos; se tudo contribui para que vivamos num mundo mais enigmático, também a acção *antiterrorista* não se fará mais dentro de marcos nacionais, mas por uma coordenação à escala mundial, o que nos faz voltar ao tema de início – as Nações Unidas.

As grandes vulnerabilidades radicam neste ponto nevrálgico: habitamos num mundo onde cada ser humano não vale um outro ser humano; todavia, se a globalização tem agravado as desigualdades, suscita também uma intensa

aspiração à igualdade. O dever de solidariedade internacional, que muitas nações e organizações proclamam, deve assentar num profundo e vasto multilateralismo – o que nos faz novamente regressar aonde começámos – as Nações Unidas. O imperativo dos novos tempos é pôr termo a tantos receios e inquietações, cujas nuvens negras se acastelam no horizonte deste século XXI, que podem transformar-se, em vários campos, em trágica realidade.

4. Na era da globalização, o poder deslocou-se em parte dos Estados nacionais para organizações de localização incerta, tornando, na actual configuração do mundo, quase tão difícil governar quanto protestar. Para isto carece-se de um sistema de novas formas de decisão política, inapreensíveis quer segundo o enfoque clássico da coerência global da autoridade política quer vistas à luz das concepções jurídico-políticas clássicas ou voluntaristas, mas antes pelo jogo das negociações e afrontamentos que advêm de movimentos sociais profundos e da heterogeneidade das culturas, da proliferação das interdependências internacionais, da dinâmica das trocas económicas e comerciais, do surgimento de novas tecnologias – de que a União Europeia é, nela e para o mundo, um caso paradigmático: erigiu, a par de instâncias intergovernamentais, uma inédita instância supranacional, que se vai instituindo, por entre “ensaios e erros”, a confluir numa original modulação *neofederal*.

Entrámos numa nova fase da História: não será seguramente o “fim da história” – como o sugere uma tese muito divulgada, e já desmentida pelos factos. Todavia, os novos fluxos culturais, políticos, sociais ou económicos, nem sequer são devidamente expressos pelas designações tradicionais: expressões como “idade contemporânea” ou “sociedade industrial” não traduzem devidamente a tipologia das ocorrências actuais; expressões como “sociedade pós-industrial”, “sociedade pós-civilizada”, “sociedade pós-capitalista”, ou a reiterada postulação dos “pós-modernismos”, são apenas tentativas para ilustrar as vertigens dos novos tempos. Os Estados soberanos foram atingidos na sua auto-suficiência e as sociedades são percorridas por ideias, valores ou interesses que ditam a lei da transnacionalidade, perante a mutação célere das tecnologias, animada por uma macro-informação envolvente. Assistimos de algum modo à evanescência de um certo conceito de espaço e tempo histórico, e contudo não se divisa ainda claro acerca dos novos perfis de uma emergente paisagem histórica: não é certamente a do *fim da história* – tão apregoada após o fragoroso derrube do muro de Berlim e da implosão do sistema soviético –, como não será a do *choque das civilizações*, que a última década pôs tão a nu.

No entanto, se alguns constatarem uma certa atonia teórica actual, a ela não corresponde carência de inovação no campo dos saberes nem ausência de problemas novos que importa dilucidar: esse o escopo das pesquisas e da aprendizagem, do estudo e do debate, do labor de professores e alunos – o que compete em pleno à área das Relações Internacionais. Num mundo que parecia cada vez mais arrastado pela globalização, dominado pelos mercados financeiros e pelos ditames das multinacionais, a *política regressa em força*.